

Fonte: Dra. Mariana Macedo Pessanha Fernandes

Seção: Empresas

Data: 26/06/2018

Versão: Online



26/06/2018 14:31:12 - AE NEWS

ESPECIAL: SEM PL, AMAZONAS DISTRIBUIDORA PODE DEIXAR LEILÃO

São Paulo, 26/06/2018 - Além das dívidas financeiras e contingências jurídicas, também pesa contra a atratividade das distribuidoras da Eletrobras, particularmente da Amazonas Energia, a incerteza relacionada ao andamento do projeto de lei 10.332, em discussão no Congresso Nacional. O texto dá mais clareza sobre a existência de créditos a que as distribuidoras do Norte teriam direito junto a fundos setoriais para a geração de energia e atendimento a seus consumidores. O próprio governo admite que sem a lei, o interesse nessas empresas reduz significativamente. "Se não sair o PL, não dá para colocar a Amazonas no leilão", diz uma autoridade governamental próxima à questão.

Embora seja de amplo interesse do governo, até agora os deputados sequer conseguiram votar o pedido de urgência para a apreciação do projeto na Câmara. O requerimento está na pauta da sessão de hoje do Plenário. A lei deveria ser apreciada por deputados e senadores e sancionada pelo presidente antes do leilão das distribuidoras, marcado para o dia 26 de julho, mas com o passar dos dias e sem qualquer avanço das discussões, a perspectiva de publicação da lei se torna cada vez mais remota.

"Todos sabem da incerteza de aprovar algo no Congresso, independentemente do panorama político, mas que piora com a proximidade da eleição, por isso é difícil para o investidor trabalhar com a perspectiva de aprovação do texto. Acredito que eles vão avaliar com base em como está atualmente, e qualquer mudança que vier para facilitar a operação e melhorar a lucratividade da prestação desse serviço será considerado um bônus", disse **a advogada do Siqueira Castro, Mariana Macedo Pessanha**, especializada no setor regulatório e infraestrutura. Para ela, o câmbio favorável para investimento estrangeiro no País pode estimular a presença de grupos internacionais, particularmente aquele com uma visão de crescimento de longo prazo, e colaborar para a realização de um leilão bem sucedido.

Mas outros profissionais consideram que o projeto de lei é uma "condição de atratividade fundamental" para as distribuidoras do Norte, especialmente a Amazonas e a Ceron. "A situação delas de dívida é tão absurda que não é atrativo do jeito que está", afirma um assessor de um grupo investidor interessado.

Um membro do governo que pediu para não ser identificado admitiu que um dispositivo incluído no edital permitindo tirar empresas do leilão levou em conta a possibilidade de o PL não avançar na velocidade necessária para a realização da venda de todas as distribuidoras até o final de julho, como previsto.

"Eu vejo como muito possível o adiamento do leilão", afirma o executivo de um grupo investidor que analisa as distribuidoras, considerando a possibilidade de o governo e a Eletrobras se verem obrigados a postergar o certame e aguardar a aprovação do projeto de lei. Por outro lado, ele lembra que atualmente a estatal tem prazo até final de julho para vender as distribuidoras, caso contrário, a alternativa definida pelos acionistas é a liquidação. Uma postergação do certame, portanto, envolveria uma prorrogação desse prazo pela assembleia de acionistas da Eletrobras, que até agora não foi convocada.

Uma possível extensão do prazo de venda das distribuidoras não é unanimidade entre os acionistas, muito embora a Eletrobras calcule em R\$ 21,5 bilhões o custo com a eventual liquidação das seis distribuidoras. Há quem defenda que a prorrogação só deveria ocorrer caso haja uma perspectiva real de aprovação do projeto de lei porque considera que o adiamento resultaria apenas em aumento de custos com a inevitável liquidação.

O advogado Rodrigo Leite, especialista em infraestrutura do LVA Advogados, reforça o entendimento de que a Amazonas Distribuidora é a empresa mais complicada e dependente de uma lei que possa assegurar créditos para parte das dívidas que possui. Por outro lado, considera a Ceal, de Alagoas, como a mais atrativa. "As outras têm muitos problemas e vão precisar de grande volume de recursos", comenta.

Um assessor financeiro de um grupo investidor, que pediu para não ser identificado, também considerou a Ceal o ativo de maior interesse, e acrescentou que a Cepisa, do Piauí, também tem sido alvo de análises mais aprofundadas.

Uma alternativa que vem sendo vislumbrada é a realização do leilão inicialmente apenas para as distribuidoras do Nordeste - Ceal e Cepisa - dando um prazo adicional para a aprovação do projeto de lei que beneficia as empresas do Norte. No entanto, observadores consideram que essa opção pode esvaziar o interesse para alguns dos ativos do Norte.

Pelas regras do edital, Eletroacre e Boa Vista serão as primeiras a serem leiloadas e os vencedores dessas duas disputas ganham o direito de participar em um dos demais leilões, incluindo Ceal e Cepisa, na etapa a viva-voz, mesmo que a oferta inicialmente apresentada não esteja no intervalo de classificação para esta fase. "Isso foi feito para dar mais valor para essas empresas, que têm menos atrativos. É uma espécie de bônus, que fica menos interessante se as distribuidoras do Nordeste forem leiloadas antes", disse um profissional que vem avaliando o processo. Ele levou em conta que o bônus ficaria apenas para uma disputa por Ceron e Amazonas, justamente as duas distribuidoras consideradas mais problemáticas.